

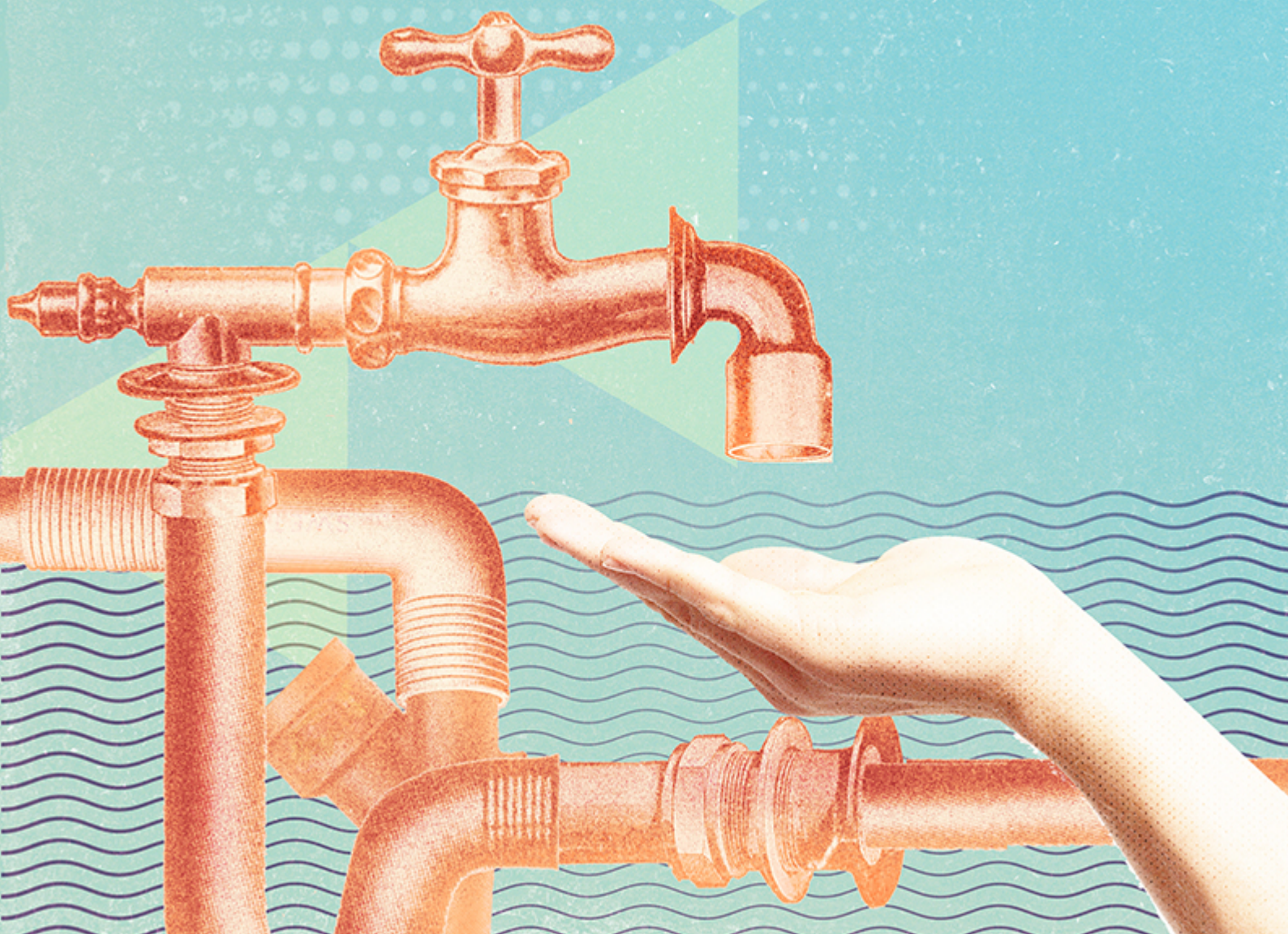
O SISTEMA CANTAREIRA E A CRISE DA ÁGUA EM SÃO PAULO

ARTICLE 19

falta de transparência,
um problema que persiste

SEGUNDA AVALIAÇÃO | 2016

SUMÁRIO EXECUTIVO



REALIZAÇÃO:



APOIO:



ATENÇÃO:

Este não é um estudo exaustivo. Novas informações e alterações poderão ser acrescentadas ou modificadas, conforme o aprofundamento dos casos, descoberta e envio de novas informações e o avanço de investigações oficiais.

FICHA TÉCNICA

PESQUISA

Natália Dias*

REALIZAÇÃO

ARTIGO 19

COORDENAÇÃO DO PROJETO

Mariana Tamari

SUPERVISÃO

Paula Martins

COLABORAÇÃO

Lia Canotilho Logarezzi
Davi de Sousa

DESIGN

Claudia Inoue e Mariana Coan

REVISÃO

Taís Cavalcanti Silva

**Doutoranda e mestra pelo programa de Ciência Ambiental da USP e Gestora Ambiental pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP*

EQUIPE ARTIGO 19 BRASIL

Paula Martins

DIRETORA

Joara Marchezini

Mariana Tamari

Bárbara Paes

Lia Canotilho Logarezzi

ACESSO À INFORMAÇÃO

Júlia Lima

Thiago Firbida

Alessandra Gões

PROTEÇÃO E SEGURANÇA DE COMUNICADORES E DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

Laura Tresca

Marcelo Blanco dos Anjos

INTERNET E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Camila Marques

Raíssa Maia

Gabriela Moribe

Mariana Arnoldi

Mariana Rielli

CENTRO DE REFERÊNCIA LEGAL

João Ricardo Penteado

Davi de Sousa

COMUNICAÇÃO

Regina Marques

Rosimeyri Carminati

Yumna Ghani

Edgard de Souza

ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Belisário dos Santos Júnior

Eduardo Panuzzio

Malak Poppovik

Luiz Eduardo Regules

Luciana Guimarães

Marcos Fuchs

Heber Araújo

Thiago Donnini

CONSELHO ADMINISTRATIVO E FISCAL

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Dias, Natália

O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo : falta de transparência, um problema que persiste / Natália Dias ; coordenadora Mariana Tamari. -- São Paulo : Artigo 19 Brasil, 2016.

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-92583-05-7

1. Água - Abastecimento - São Paulo, Região Metropolitana 2. Água - Uso - São Paulo, Região Metropolitana 3. Direito à informação 4. Recursos hídricos - Desenvolvimento - Aspectos ambientais 5. Recursos hídricos (Gerenciamento) - Brasil 6. Sistema Cantareira (Produção de água) I. Tamari, Mariana. II. Título.

16-04867

CDD-333.910098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Sistema Cantareira : São Paulo : Região Metropolitana : Gestão dos recursos hídricos 333.910098161



"Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons. Atribuição - CC - BY"

INTRODUÇÃO

Este é o sumário executivo do relatório “O Sistema Cantareira e a Crise da Água em São Paulo - falta de transparência, um problema que persiste”, que, por sua vez, é uma atualização do estudo intitulado “Sistema Cantareira e a Crise da Água em São Paulo: a falta de transparência no acesso à informação”, realizado em 2014. Seu objetivo é verificar os níveis de transparência nas informações divulgadas pelos órgãos responsáveis pela gestão da água no Sistema Cantareira em 2016.

Em 2014 e 2015, a região sudeste do país enfrentou o pior período de escassez da História. Centenas de milhares de pessoas foram obrigadas a conviver com frequentes cortes no abastecimento de água que, em alguns casos, duraram meses. O Sistema Cantareira, responsável por atender quase 50% da população da região metropolitana de São Paulo (aproximadamente 10 milhões de pessoas) quase colapsou.

Entre os motivos para a crise está não apenas a falta de chuvas que marcou o período, mas também o modelo de gestão dos recursos hídricos. Este foi alvo de amplas críticas da sociedade civil, que endereçavam, entre outras coisas, a falta de transparência na forma como as informações relacionadas à crise foram gerenciadas.

METODOLOGIA

A metodologia empregada é a mesma do relatório de 2014 e se divide em três partes.

Na **Parte 1**, o relatório analisa os principais atores envolvidos na gestão da crise hídrica, bem como as informações e declarações oficiais publicadas na imprensa. O estudo traz também uma revisão cronológica dos principais acontecimentos de outubro de 2014 até março de 2016, período mais grave da crise. O objetivo é o de verificar a existência de contradições nas declarações e/ou informações oficiais, além de buscar constatar se houve mudança na forma como os órgãos públicos lidavam com a questão.

Na **Parte 2**, o relatório faz as análises da “transparência ativa” e “transparência passiva”. Em “transparência ativa”, o relatório avaliou as informações disponibilizadas de forma espontânea nos sites de 14 órgãos públicos com base em três critérios: acessibilidade, qualidade e compreensibilidade. Já em “transparência passiva”, foram analisadas as respostas a pedidos de informações enviados a 11 órgãos. No total, foram 24 pedidos enviados.

Por fim, na **Parte 3**, o relatório identifica os principais fatores que dificultam o acesso à informação, e como esse cenário prejudica os direitos humanos fundamentais associados ao direito de saber e ao acesso à água.

ANÁLISE DE TRANSPARÊNCIA

Transparência ativa

De um total de 14 sites analisados, quatro foram classificados como tendo alto grau de transparência – foram eles, os sites do Ministério Público Estadual de São Paulo, do Ministério Público Federal, do Comitê de Bacia Hidrográfica PCJ (Piracicaba, Capivari, Jundiaí) e da CETESB (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo). Em 2014, nenhum site havia sido considerado altamente transparente.

Já três sites – os da ANA (Agência Nacional de Águas), do Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, e do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos – foram classificados como de médio grau de transparência.

Os sites da SABESP (Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo), do DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), da ARSESP (Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo) e da Prefeitura de São Paulo (quatro no total) apresentaram baixo grau de transparência.

Apontados como tendo nenhuma transparência estão o site do Governo do Estado de São Paulo, do Centro de Vigilância Sanitária e da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos.

Em comparação ao estudo de 2014, houve melhoras na transparência de alguns órgãos. Um deles é a SABESP, que passou a informar os índices do volume dos reservatórios, permitindo uma maior compreensão sobre a situação do sistema.

No entanto, ainda existem contradições entre as informações oficiais divulgadas pelos diferentes órgãos públicos, bem como entre as informações divulgadas pela mídia. Além disso, grande parte das informações verificadas estavam disponíveis de forma excessivamente técnica, dificultando a compreensão pelo público geral.

Transparência passiva

Para avaliar a “transparência passiva”, 24 pedidos de informação foram enviados a 11 órgãos públicos entre janeiro e fevereiro de 2016. Os pedidos foram feitos por meio de e-mail e do Sistema de Informação ao Cidadão (SIC) on-line.

De todos os pedidos enviados, 63% foram respondidos. A maioria das respostas (73%) foi considerada satisfatória.

Foi recorrente a alegação de que o pedido deveria ter sido feito a outro órgão. No entanto, a solicitação de acesso de uma mesma informação a diferentes órgãos públicos não configura duplicidade de solicitação, mas uma real demanda de informação, já que cada órgão público é

competente por uma função diferente em relação ao mesmo processo e, assim, pode apresentar informações diferentes.

Outra questão verificada foi a relutância da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, da ARSESP e do DAEE em fornecer as informações solicitadas, tendo estas somente sido obtidas após a interpelação de recursos ou da realização de novos pedidos.

CONCLUSÕES

De uma forma geral, foi possível perceber uma melhora nos níveis de transparência em comparação com o estudo de 2014, tanto na “transparência ativa” quanto na “transparência passiva”. Ao que parece, a atuação dos Ministérios Públicos Estadual e Federal foi fundamental para influenciar esta melhora.

Ainda assim, verifica-se diversos problemas no acesso a informações sobre a crise hídrica no Sistema Cantareira que já deveriam estar solucionados. Entre eles, estão as contradições entre as informações oficiais divulgadas pelos órgãos públicos e a linguagem excessivamente técnica dos textos.

Destaques negativos, o DAEE e ARSESP, dois órgãos reguladores, apresentaram baixos níveis de transparência, mesmo possuindo papel central na regulação da SABESP e no controle de captações de água por meio de outorgas.

Como já observado no estudo de 2014, é possível perceber que o esforço do Governo de São Paulo em minimizar a gravidade da questão persiste, muitas vezes adotando medidas contraditórias que provocaram impactos ambientais; em outras vezes, faltando com a transparência em questões que afetam diretamente a população.

Esse tipo de prática, somada ao cenário de falta de transparência constatado no relatório, abre espaço para que uma nova crise hídrica venha a ocorrer na região metropolitana de São Paulo no futuro, já que o modelo da gestão da água continua o mesmo.

CRONOLOGIA DA CRISE HÍDRICA

Maio 2014

- Começa o uso da primeira cota do volume morto, que adiciona 182,5 bilhões de litros de água, ou 18,5%, sobre o volume total do Sistema Cantareira

Outubro de 2014

- Sistema Cantareira atinge 6,7% da sua capacidade total de armazenamento e segue em queda

- Ministérios Públicos Federal e Estadual entram com uma Ação Civil Pública na Justiça exigindo a revisão imediata da retirada de água do Sistema Cantareira pela SABESP e a proibição da captação integral da segunda cota do volume morto. Juiz federal Miguel Florestano Neto acolhe parcialmente a ação e determina que DAEE e ANA revisem a quantidade de água retirada do sistema, além de proibir a captação da segunda cota do volume morto
- ANA informa que SABESP não administrou a captação de água do volume morto de acordo com as especificações de retirada de água estipuladas
- SABESP nega que exista racionamento e afirma que apenas realizou uma operação que reduzia o bombeamento de água durante a noite, medida que teria afetado principalmente as áreas mais altas da cidade. Em Carapicuíba, na Grande São Paulo, população alega ter ficado sem água por oito dias

Novembro de 2014

- Autorização para o uso da segunda cota da Reserva Técnica do Sistema Cantareira é concedida pelos órgãos reguladores
- É instituída uma segunda categoria de bônus para aqueles que economizassem água
- Reunião entre Geraldo Alckmin e Dilma Rousseff sobre a crise hídrica em São Paulo. O governador pede auxílio financeiro do governo federal

Dezembro de 2014

- Assessor de Operações da SABESP afirma que crise hídrica está associada a fenômenos climáticos absolutamente imprevisíveis. Estudo técnico encomendado pelo então governador de São Paulo, José Serra, em 2009, já havia alertado para a possibilidade de uma grave crise hídrica por volta de 2015

Janeiro de 2015

- Alckmin admite que há racionamento de água desde março de 2014
- Considerando as duas cotas da Reserva Técnica, Sistema Cantareira atinge 5,2% de sua capacidade. SABESP manifesta intenção de utilizar uma terceira cota

Fevereiro de 2015

- Governo apresenta pacote de oito obras emergenciais
- É divulgada a notícia de que SABESP orientou seus funcionários a registrar reclamações de consumidores como pedidos de informação, com o objetivo de maquiar os dados nos relatórios enviados às Bolsas de Nova York e São Paulo
- Sobe o preço da água engarrafada e de filtros e purificadores

Março de 2015

- Com o mês de fevereiro mais chuvoso em 20 anos, Sistema Cantareira atinge 11,6%

Abril de 2015

- Obra para ligar reservatório do Sistema Rio Grande e socorrer o Sistema Alto Tietê, prevista para

estar em operação em maio, sequer começou

- Justiça determina que Sabesp divulgue os níveis do Sistema Cantareira como volumes negativos
- Sabesp segue firmando contratos de demanda firme em meio à crise hídrica. Contratos de 2014 resultaram em um consumo de água 550% maior do que o previsto
- Sabesp anuncia redução em 55% dos investimentos em coleta e tratamento de esgoto em 2015. Ainda assim, a companhia previa o pagamento de 252,3 milhões em dividendos para seus acionistas nas Bolsas de São Paulo e Nova York

Maio de 2015

- Arsesp autoriza aumento de 15,24% na conta de água

Junho de 2015

- Supremo Tribunal Federal reconhece relação entre desmatamento e crise hídrica

Agosto de 2015

- Tribunal de Contas do Estado de São Paulo culpa o governo pela crise hídrica, apontando que houve falta de planejamento das ações da Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos
- Governo do Estado decreta sigilo de 15 anos sobre dados referentes à rede de água e esgoto
- Mês de novembro de 2015 foi o mais chuvoso na capital desde 1995, mas ainda assim Sistema Cantareira permanece captando água da Reserva Técnica

Dezembro de 2015

- Em função de chuvas intensas, Sistema Cantareira deixa de usar Reserva Técnica
- Sabesp propõe anexar definitivamente Reservas Técnicas à contabilização rotineira do nível do Sistema Cantareira e é fortemente criticada pelo MP e por organizações civis

Março de 2016

- Alckmin anuncia que questão da água está resolvida porque Sistema Cantareira alcançou quase 60% da capacidade. Sem contar com Reserva Técnica, porém, capacidade era de 24%
- Organizações da sociedade civil, como a Aliança pela Água e o Coletivo de Luta pela Água, divulgam notas se posicionando contrariamente ao anúncio do governador sobre o fim da crise hídrica. Cortes no abastecimento ainda são registrados e gestão da água ainda segue lógica de mercantilização

ARTICLE 19

